

Mulheres da Guerra e da Paz: Reflexões sobre a Particularidade Brasileira

Sabrina Celestino

Professora do Magistério Superior Público Federal. Professora e pesquisadora do Comando do Exército vinculada ao Centro de Estudos de Pessoal e Forte Duque de Caxias e ao Programa de Pós-Graduação Humanidades em Ciências Militares.

Resumo

Este artigo reflete sobre a relação entre mulheres e o combate e sua vinculação ao contexto militar. Com base no levantamento bibliográfico, documental e normativo, o artigo procura compreender a trajetória de inserção de mulheres nas Forças Armadas brasileiras, considerando os limites e desafios postos pela cultura institucional. Como foco da pesquisa, debruçamo-nos sobre a história e a trajetória mítica da relação entre mulheres e a representação das mulheres militares brasileiras sob o signo das “mulheres guerreiras”. Nesta seara referenciamos o cenário contemporâneo, oferecendo destaque à evidenciação do movimento internacional, que sedimenta a presença de mulheres nas instituições militares e seu emprego nas Missões de Paz geridas pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Palavras-chave: Mulheres; Forças Armadas; Guerra e Paz.

Abstract

War and Peace Women: Reflections on the Brazilian Particularity

This article reflects on the relationship between women and combat and their connection to the military context. Based on a bibliographic, documentary and normative survey, the article seeks to understand the trajectory of insertion of women in the Brazilian Armed Forces, considering the limits and challenges posed by institutional culture. As a focus of the research, we look at the history and mythical trajectory of the relationship between women and the representation of Brazilian military women under the sign of “warrior women”. In this area, we refer to the contemporary scenario, highlighting the international movement, which consolidates the presence of women in military institutions and their employment in Peace Missions managed by the United Nations (UN).

Keywords: Women; Armed Forces; War and Peace.

Artigo recebido: 02.10.2020

Aprovado: 23.11.2020

<https://doi.org/10.47906/ND2020.157.05>

Introdução

No Exército Brasileiro, atores como Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, e Manuel Luís Osório, o Marechal Osório,¹ são reconhecidos como heróis, referenciados como patronos e cultuados como modelos de soldados a serem seguidos. Para além de Caxias e Osório, outros atores partícipes das batalhas e feitos históricos são conservados pela memória institucional da Força Verde-Oliva², constituindo, assim, referências tanto para os militares mais modernos quanto para os mais antigos.

Ocorre que, a exclusividade do ingresso e participação masculina nas Forças Armadas até um período recente revelam a exclusividade de exemplos, atributos e características representadas por soldados homens, relegando às mulheres, que passaram a compor recentemente os quadros funcionais das Forças, uma representatividade assemelhada aos soldados homens, ao mesmo tempo em que fora sendo forjado, em evidências pontuais, o signo da mulher guerreira³.

O presente artigo intenciona propor reflexões sobre a relação entre mulheres e o combate e sua vinculação ao contexto militar, tendo como foco a trajetória de inserção oficial de mulheres nas Forças Armadas brasileiras, considerando os limites e desafios postos pela cultura institucional.

Como foco da pesquisa, debruçamo-nos sobre a história e a trajetória mítica da relação entre mulheres, conflitos, combates e guerras. Nesta seara, refletimos sobre o cenário contemporâneo, oferecendo destaque à evidenciação do movimento internacional que sedimenta a presença de mulheres nas instituições militares e seu emprego nas Missões de Paz geridas pela Organização das Nações Unidas (ONU), analisando criticamente os argumentos que naturalizam sua imagem à paz.

Com as elaborações propostas, buscamos partilhar pontos de vista que partem do pressuposto de que a reafirmação pela inserção e atuação de mulheres em instituições militares e nas missões de paz da ONU está fundamentada de forma mais ampla pela trajetória de reivindicação de direitos civis, sociais e políticos conjugados à busca por direitos humanos.

1 Os personagens citados ao longo do texto são figuras representativas na história militar do Exército brasileiro, sendo destaques nos conflitos e guerras internas e fronteiriças e líderes militares cultuados até os dias atuais.

2 Denominação utilizada para se referir ao Exército em alusão à cor do uniforme militar.

3 Mulheres guerreiras, mulheres de armas, mulheres militares são nomenclaturas apropriadas pelo imaginário social brasileiro, pela literatura específica e pelo contexto das instituições militares para adjetivar mulheres que atuaram em conflitos e guerras e aquelas que se inseriram profissionalmente neste campo.

Mulheres Guerreiras: desconstruindo, construindo e reconstruindo a relação entre mulheres e o *front*

No Brasil, a presença emblemática de mulheres-soldados junto ao Exército é representada, pioneiramente, pela imagem de Maria Quitéria de Jesus Medeiros⁴, que lutou contra tropas portuguesas localizadas no território da Bahia, por ocasião da Independência (1822), sendo sua imagem utilizada como recurso propagandístico para mobilizar a atração de voluntários.

No referido período histórico, que marcou o investimento pela unificação e constituição do Brasil, evidenciava-se a tentativa de formação do Exército, sendo o voluntariado e o recrutamento necessários para tal. Neste sentido, a figura de Maria Quitéria foi explorada pelas autoridades como um recurso de incentivo ao altruísmo de servir: uma mulher disposta a morrer pelo Brasil incentiva os “filhos da pátria” a também demonstrarem bravura (Wolff, 2018, p. 425).

A dualidade entre a exaltação e a desqualificação é revelada, por um lado, pela valorização da avidez, coragem e patriotismo portado por uma mulher, que se disfarçou de homem para compor as tropas que lutavam pela independência do Brasil, mas por outro, a utilização de sua imagem como reforço negativo para homens que se recusavam a servir ao que se configuraria futuramente como nação.

Indo ao encontro do que nos informa Nelson Werneck Sodré (2010), compreendemos que o processo que antecederia a independência (e após esta) fora sustentado por um exército organizado aos moldes coloniais sem *status* e legitimidade. Tendo sua composição ocupada por militares superiores eminentemente portugueses, o quadro da oficialidade “tipicamente brasileira” foi desenhado pelas camadas médias, sendo os estratos mais baixos das funções e postos militares compostos “pelos que arrebanhados como animais e à força, na regra dos casos (constituíram) as fileiras militares, em terra e no mar” (Sodré, 2010, p. 94).

A disposição para a defesa de um território ainda difuso, que portava uma população dispersa e sem pertencimento, possibilitou a tolerância à presença de mulheres em um exército que ainda não estava constituído profissionalmente. A presença das guerreiras, lutando às vezes como mulheres e, às vezes, transvestidas de homens, conforme ressalta José Murilo de Carvalho (2019), é registrada desde os tempos coloniais.

Jovita Alves Feitosa, a cearense que integrou o recrutamento de “soldados da pátria” na guerra do Paraguai (1864-1870), também fora exaltada como mulher guer-

4 Podemos encontrar conteúdos que contam a história de Maria Quitéria no texto produzido por Henriqueta Galeno publicado em 1965, disponível em: http://www.academiacearense-deletras.org.br/revista/revistas/1954/ACL_1954_25_Maria_Quiteria_de_Jesus_Heroina_Brasileira_Henriqueta_Galeno.pdf

reira, ainda que, em alguns dos diferentes relatos míticos que compõem sua biografia, a obstinação pela vinculação ao Exército seja justificada por um dado romance com um soldado integrado ao contingente, reafirmando, assim, um certo lugar comum ao feminino.

Os registros das mulheres historicamente vinculadas aos eventos de guerra evidenciam-nas, sobremaneira em posições agregadas como as vivandei-ras, cantinei-ras, prostitutas e esposas que seguiam os exércitos, conforme destacado por (Caire, 2002). Mas há também, em menor número, registros de mulheres envolvidas diretamente com as batalhas. As guerreiras, como são chamadas, compuseram hege-monicamente exércitos não profissionalizados, integrando as fileiras de voluntários disfarçadas de homens, considerando que o corpo foi (e talvez ainda seja) visualiza-do como um interdito ao desempenho das atividades militares.

Historicamente a prática do combate foi ressaltada mais como um conjunto de ca-racterísticas culturais e pessoais voltadas para guerra, do que como habilidades possíveis de serem desenvolvidas com a finalidade de proteção e sobrevivência. A partir de uma leitura naturalizada socialmente, a aptidão ao combate foi destacada como característica biológica inata, da qual os homens seriam exclusivamente por-tadores, sendo relegadas às mulheres as características de fragilidade e docilidade, a priori incompatíveis com as ações de combate.

É importante ressaltar que não estamos questionando o dado biológico sobre as diferenças existentes nos corpos relacionados ao sexo feminino e masculino. Porém, desejamos apontar que a retórica da fragilidade das mulheres sustentou-se e foi di-fundida historicamente servindo como argumento contra a educação, profissiona-lização, participação, evidência e interferência destas na vida pública. Analisando esta questão, Maria Rita Kehl recorre ao estudo de Yvonne Knibierhler (1994) para relativizar os aspectos de fragilidade, compreendendo-os não como características natas ao corpo feminino, mas como um dado construído cultural e socialmente.

Yvonne Knibierhler aponta sobre a mortalidade de meninas, a partir dos cinco anos, em todos os países ocidentais no período oitocentista. As causas porém, confundem-se com as próprias “preocupações” justificadas pela fragilidade feminina: uma vida menos sadia, alimentação insuficiente a pretexto de ser “mais leve” (a exclusão de carnes vermelhas na dieta das meninas era hábito recorrente), frequência baixíssima de banhos em nome do pudor (uma vez por mês depois do período menstrual escreve a autora) -, além de, muito frequentemente, uma negligência maior nos cuidados ma-ternos e uma acolhida bem menos calorosa desde o nascimento. Tudo isso produziu uma mortalidade tão maior entre as meninas que o dr Viery, em 1817, proclamou: “As raparigas são a parte mais delicada e mais doentia do gênero humano” (Kehl, 2016, p. 54).

A fragilidade e a docilidade enquanto características que fundamentaram certa compreensão de feminilidade relacionaram-se a discursos e práticas que apontavam (e ainda apontam) para uma dada visão do “ser mulher”, que em contextos e sociedades determinadas eram interditos aos seus direitos e limitadores de suas potencialidades.

Em se tratando dos eventos de guerra e das ações de combate, identificamos estudos que buscam resgatar fatos mitológicos, épicos e históricos, que contribuem para repensar o ocultamento das mulheres e a interdição de sua participação. Tardin e Barreto (2017) ressaltam a evidenciação de Atena (Palas) como a deusa da sabedoria, da justiça, da civilização e, sobremaneira, das estratégias de guerra. “Em contraposição, estaria Ares, o deus da “guerra selvagem”, sendo a ele atribuído o lado violento e feroz dos combates”. (Tardin e Barreto, 2017, p. 86).

Como consequência dos rebatimentos sem precedentes, os eventos de guerra foram eternizados nos relatos de memórias e/ou nos estudos da história da Antiguidade, sendo reafirmada em maior medida, a evidência selvagem pautada em Ares, sobreposta ao caráter estratégico e à reverência prestada à Atena.

O estudo de Fajardo (2015) reflete sobre a existência das Amazonas, grupo de mulheres guerreiras presentes no território hoje vinculado geograficamente ao Brasil. Os registros míticos descrevem as chamadas Amazonas como mulheres guerreiras, referenciadas nos relatos da Conquista da América como responsáveis pela direção e gestão de seus domínios, conforme destacado por Wolff (2018).

Frei Gabriel de Carvajal, no relato que fez da viagem do explorador espanhol Francisco Orellana, o primeiro a descer todo o curso do rio, contou que: “Estas mulheres são muito brancas e altas, e têm cabelo muito longo e trançado e enrolado na cabeça, e tem membros grandes e andam nuas em couros, com as vergonhas tapadas, com seus arcos e flechas nas mãos, fazendo tanta guerra como dez índios”. Ainda segundo Carvajal, que teve um dos olhos atravessado por uma flecha supostamente arremessada por uma amazona, essas guerreiras fortes e ferozes dominavam os outros grupos indígenas, que lhe pagavam tributos. Quando algum índio desertava da luta matavam-no (Wolff, 2018, p. 424).

Sobre o mito das Amazonas, podemos compreender, a exemplo do disposto por Fajardo (2015), que, ao mesmo tempo em que o conteúdo presente nas narrativas contraria a tipologia do “ser mulher”, sendo estas representadas como guerreiras aguerridas e, em alguns relatos com os seios mutilados, em determinadas descrições, como a do Frei de Carvajal, são exaltados atributos naturalmente referenciados ao feminino, como a beleza (Fajardo, 2015, p. 9).

Para além de narrativas míticas, a participação de mulheres em eventos de guerra, bem como sua posição como chefes de exércitos e/ou sua atuação como mulheres-

-soldados é destacada nos estudos históricos como o proposto por Raymond Caire (2002):

A linhagem de prestígio das chefes de exército remonta à Antiguidade. Assim, Artemisia, primeira Rainha da Assíria e da Babilônia, conquistou um império. Tomires Rainha dos Massagètes, derrotou Ciro. Boadicea na Bretanha, Velleda, na Alemanha e Zenóbia no Oriente enfrentaram as legiões romanas. Por fim Aurélia Victorina, “mãe dos exércitos”, segundo Suétone, comandou legiões e elegeu imperadores (Caire, 2002, p. 37).

Perpassando a Antiguidade e refletindo sobre a idade média, o referido autor oferece destaque, entre outras mulheres, ao papel de Joana D’Arc. Ressalta que a vocação de chefes de exército mulheres teria perdurado até o reinado de Luís XIV e destaca que foi sob este reinado que se organizou o “Exército Real”, “uma força regular, disciplinada, hierarquizada e na qual as mulheres só poderiam participar disfarçadas” (Caire, 2002, p. 38). Segundo o autor, a última mulher a dirigir tropa teria sido “Grand Mademoiselle”, que o fez exatamente contra seu primo, o Rei Luís XIV. Ocorre que a interdição corpórea, ainda que seja um elemento de atenção, em se tratando das atividades militares, ainda está fortemente pautada num contexto de conflitos, em especial, pautados pelas características das guerras de primeira e segunda geração caracterizadas pelo combate corpo a corpo e pelos processos de mecanização, os quais demandavam essencialmente, a higidez e resistência física. O contexto contemporâneo caracterizado como guerra de quarta geração⁵, para além das características tradicionais requeridas aos soldados, demanda, especialmente dos combatentes envolvidos, habilidades científico-tecnológicas, tendo em vista a operacionalização dos dispositivos militares e, habilidades socioafetivas voltadas à interação aos efeitos da guerra em um mundo pós-globalizado. Esta contemporaneidade dos conflitos, das guerras e, conseqüentemente, das estratégias na busca pela paz, levam-nos a reafirmar os questionamentos sobre a prevalência de discursos e conteúdos ideológicos, que referem habilidades e competências militares, ainda focadas no sexo e em características sociais e culturalmente atribuídas, seja ao masculino, como a capacidade destrutiva do combate, seja ao feminino, como a habilidade nata para o cuidar e para a paz.

5 Para os apontamentos sinalizados sobre a teoria geracional da guerra e, mais especificamente das alterações evidenciadas na chamada Guerra de 4.^a Geração, apoiamos-nos nos estudos de Lind *et al.* (1989). O perfil dos conflitos estaria pautado contemporaneamente por alterações nas estratégias de “ataque” e “defesa” caracterizadas pelas guerras psicológicas, da informação, a comunicação estratégica e a não evidênciação da insurgência pautada por grupos paraestatais e paramilitares classificados amplamente como grupos terroristas.

Mulheres militares no Brasil: identidades em construção para a guerra e para a paz

No Brasil consideramos como marco da inserção oficial de mulheres nas instituições militares a Segunda Guerra Mundial⁶. O país, representado como Força Aliada, recrutou a participação feminina, tendo por evidência o contingente de enfermeiras vinculadas à Força Expedicionária Brasileira (FEB). Na análise desta atuação, Bernardes e Lopes (2007) demonstram que, no Teatro de Operações (TO), as enfermeiras teriam ocupado os espaços sociais consentidos, considerando a demanda pela atividade de cuidado que lhes fora atribuída. As autoras argumentam ainda que as profissionais mantiveram estes espaços ao longo da Guerra e que, em alguma medida, alcançaram posições de destaque, sendo reconhecidas pelos militares do sexo masculino, dentre os quais estavam os superiores hierárquicos.

O viés da especialização voltada à execução de atividades complementares ao combate foi o componente central, que ofereceu os elementos para facultar a inserção de mulheres nas instituições militares brasileiras na Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, ao final dos anos de 1980. Aliado a isto, podemos destacar a proposição da Constituição de 1988 e nesta, a evidenciação do princípio de igualdade de direitos, sobretudo no acesso e permanência em espaços que ainda reportavam ares de desigualdade, como era o caso das instituições militares.

A Marinha do Brasil (MB) foi a primeira das três Forças Armadas brasileiras a abrir espaço para o ingresso das mulheres. Em 1980, foram admitidas as primeiras militares no chamado Corpo Auxiliar Feminino da Reserva (CAFRM), profissionais já qualificadas em diferentes áreas do conhecimento requeridas a desenvolver atividades técnicas.

Na Força Aérea Brasileira (FAB), o decreto 8.325 de 1981 cria o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA) objetivado por meio do Quadro Feminino de Oficiais (QFO) e do Quadro Feminino de Graduados (QFG). Assim como na Força Naval, as mulheres militares da FAB destinavam-se ao exercício de funções técnicas e administrativas, sendo que esta vinculação de caráter inicialmente temporário fora efetivada em 1990.

O Exército Brasileiro foi o último das três Forças a permitir o ingresso das mulheres na carreira militar e, tal como as demais, a inserção deu-se em quadro indicado como complementar. Em 1992, 52 mulheres foram admitidas na primeira turma da

6 Daróz (2018), ao dissertar sobre as aviadoras soviéticas atuantes na Segunda Guerra Mundial, contribui para o entendimento de que, a especialização foi o fator que erodiu uma forma de organização eminentemente masculina na composição dos quadros militares, sendo também o elemento de evidência de novas formas de combate que fragilizaram os argumentos de incompatibilidade entre mulheres e as atividades militares de guerra.

extinta Escola de Administração do Exército (EsSAEx), hoje chamada de Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx), que formaria o Quadro Complementar de Oficiais (QCO) criado pela Lei 7.831 de 1989. É importante salientar que, enquanto Marinha e Força Aérea criaram quadros femininos, o QCO era e ainda é misto⁷.

No âmbito do Exército, os signos ritualísticos e os padrões de “bons soldados”, na década de 1990⁸ ainda tinham por referência os personagens masculinos tradicionalmente cultuados no contexto institucional. No entanto, a partir de então, com o advento da primeira turma mista, identificamos o reforço mítico pautado pela figura de Maria Quitéria, que foi cultuada como patrona da primeira turma do QCO. Sendo assim, identificamos no referido período evidências de mudanças e tolerância à atuação de mulheres no âmbito das Forças Armadas brasileiras, mas reforçando um lugar consentido. As pioneiras que ingressaram nos quadros oficiais, não puderam ocupar os cargos de combatentes, sendo estes ainda cativos para os militares do sexo masculino.

Para além da heroína da independência, a referência assemelhada às enfermeiras da FEB também proporcionou, nos processos iniciais que conduziram a inserção das mulheres oficialmente aos quadros funcionais do Exército, uma relativa identidade. No entanto, compreendemos que as chamadas “mulheres de carreira”, ao mesmo tempo em que tiveram suas identidades formatadas pela instituição militar, vivenciaram processos de construção de uma autoidentidade a exemplo do disposto por Giddens (2002)⁹.

Indo ao encontro desta reflexão, concordamos com o disposto por Bauman (2005), que refere que a identidade é revelada como algo a ser “inventado e não descoberto” (Bauman, 2005, p. 21). Sendo assim, a identidade das mulheres militares foi historicamente pautada por identificações assemelhadas aos militares homens, mas, num passado recente, este conteúdo foi apropriado e reificado pela trajetória das pioneiras que se inseriram nos quadros oficiais.

Em se tratando das atividades fins das Forças Armadas, a inserção das mulheres nas Escolas superiores e Academias militares deu-se, muito recentemente, inicialmente na Academia Militar da Força Aérea (AFA), exclusivamente no curso de intendência em 1995, e em 2003 no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, na

7 Para mais informações sobre a formação dos quadros de mulheres militares nas Forças Armada brasileiras vide Andrada e Peres (2012).

8 Na década de 1990 registra-se no Brasil um período de forte efervescência política e de extensão dos direitos sociais fundamentados pela Constituição promulgada em 1988.

9 Segundo Giddens a autoidentidade “não seria algo representado como resultado das continuidades do sistema de ação dos indivíduos, mas algo que deve ser criado e sustentado rotineiramente em suas atividades reflexivas” (Giddens, 2002, p. 54).

habilitação como pilotos de caça. Marinha e Exército só possibilitam a inserção de mulheres na linha de ensino militar bélica a partir de 2012, após determinação oficial que regulamentou esta ação.

A inserção nas instituições genuínas de formação militar se deu restrita, a escolha de alguns quadros e serviços compreendidos como sendo dotados de menor operacionalidade. Neste sentido, o ingresso das mulheres se dá por meio de um número de vagas determinado, inferior ao número de vagas disponíveis para os candidatos homens, e quando já pertencentes ao contexto institucional, sendo sua escolha limitada a atuações compatíveis *a priori* com suas possibilidades.

Argumentos desqualificadores que articulam com aspectos anatômicos e psicológicos, dentre outros, tem sido comumente utilizados para acentuar falsas incapacidades, tais como: pouca força física, gravidez, emoção exacerbada, *et cetera*.

Nesse ponto, a coesão, comumente utilizada para reforçar a dinâmica da marginalização e a exclusão feminina à determinados postos e funções nas Forças Armadas, em especial, a de combatente (...) (Rocha, 2017, p. 779).

Neste sentido, é oportuno destacar o estudo realizado por Almeida (2015) para a Câmara dos Deputados, intitulado “Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: situação atual e perspectivas futuras”, no qual destaca dados referentes à progressão do quantitativo da presença feminina nas Forças Armadas, tendo como contraponto o lugar cativo dos representantes do sexo masculino. Segundo o autor, em 2014, as mulheres representavam 6,6 % do efetivo das Forças Armadas, sendo 23.787 mulheres contra 335.348 homens.

Ainda referente aos dados da presença feminina nas Forças Armadas brasileiras, segundo dados do Portal Brasil, veículo oficial de notícias do governo federal, em 2017 o número de mulheres nestas instituições alcançou o quantitativo de 28 mil. A Força singular com maior participação feminina foi a Força Aérea Brasileira, contando com 10,8 mil mulheres, seguida do Exército Brasileiro, com 9,1 mil, e da Marinha do Brasil, com 8,1 mil.

As particularidades das Forças Armadas brasileiras relacionadas às especificidades de suas atividades fins, em se tratando do objetivo maior voltado à Defesa Nacional, revela que, para além de quantitativos de quadros profissionais diferenciados, o emprego destes militares também ocorrerá pautado por suas peculiaridades. Não é por acaso que a Força Aérea reconhecida como a Força na qual, a ação de combate está intimamente ligada à capacidade de técnica, seja a que apresente o maior número de mulheres militares, reafirmando assim nossos argumentos de que o combate e a operacionalidade ainda são naturalmente identificados ao sexo masculino. Entre as atividades técnicas e aquelas tradicionalmente relacionadas ao combate, e o lugar comum consentido, a inserção e permanência de mulheres nas Forças Armadas brasileiras converge contemporaneamente com a ocupação de cargos, fun-

ções e missões que demandam um conjunto de habilidades e especialização. Indo ao encontro deste processo, destacamos a interseção e o conteúdo relacional que perdura em um contexto de emprego muito particular, qual seja as missões de paz. No recrutamento para estas missões emergem novas demandas para os militares empregados relacionadas aos atributos impositivos e reafirmativos da perspectiva de paz, a depender dos mandatos. Em se tratando das mulheres militares, sua requisição assenta-se em argumentos que por um lado, correspondem à busca pela ampliação de sua inserção nas instituições militares e participação nas instâncias decisórias específicas, mas de forma evidente, na assertiva que reconhece suas habilidades para processos relacionados à paz, tais como ações voltadas à proteção e à redução de vulnerabilidades vivenciadas por indivíduos e populações presentes em áreas de conflito.

Neste contexto, o investimento na argumentação que referenciou o signo das mulheres militares como mulheres guerreiras intercala, no cenário contemporâneo, a reafirmação como mulheres da paz, aptas para as atividades necessárias para este fim.

Mulheres da Paz: entre a expansão de direitos e a naturalização do feminino

A inserção de mulheres militares nas missões de paz da ONU apesar de progredir acompanhando a evolução de ações desta esfera, ainda representa contingente mínimo do pessoal empregado. Segundo o estudo produzido por Elisabeth Rehn e Ellen Johnson Sirleaf (2002), em 32 anos, entre 1957 e 1989, apenas 0,1% do pessoal militar baseado em campo nas missões de manutenção da paz da ONU era do sexo feminino. Apesar de em 1996, o Secretário-Geral recomendar que, até o ano 2000, as mulheres deveriam constituir 50% o do pessoal do sistema das Nações Unidas, incluindo missões de campo, na virada do milênio as mulheres compunham apenas 3% de militares nas operações da ONU (Rehn; Sirleaf, 2002, p. 64).

No Brasil dentre as principais ações destinadas às missões de paz encampadas contemporaneamente registra-se, a presença de militares do sexo feminino. Em publicação produzida por Hamann *et al.* (2019) partindo de dados do Ministério da Defesa e do Exército Brasileiro, verificamos que, dos militares e policiais brasileiros que serviram em missões de paz da ONU, apenas 0,5% (261) e 5,8 % (25) respectivamente eram mulheres contrapondo-se a 99,4% (47.366) e 94,2% (407) de homens. *A priori* a desigualdade no emprego de mulheres em missões de paz reflete a disparidade no quantitativo da presença feminina nas Forças Armadas brasileiras. No entanto, compreendemos que, em se tratando das particularidades que envolvem as ações específicas aqui relacionadas, a baixa participação das mulheres em missões internacionais reflete outros condicionantes, que extrapolam o cálculo de pessoal e a preparação militar.

Compreendemos que entre a dinâmica de vida e trabalho das mulheres há condicionantes sociais que particularizam sua apresentação voluntária e/ou recrutamento, bem como a possibilidade de preparação e emprego em missões de paz. Tais elementos estão relacionados, de modo preponderante, ao afastamento familiar e ao cuidado com os filhos, ratificando o disposto por Carreiras (1997), quando relaciona os meandros entre família, maternidade e profissão militar.

Sendo certo que globalmente a família impõe exigências a todos os membros – embora com intensidades diferentes ao longo do seu próprio ciclo de crescimento – ela é, no entanto, particularmente ‘voraz’ para as mulheres, já que, em geral, delas se espera que aí invistam mais tempo e energia emocional do que a solicitada aos homens (Carreiras, 1997, p. 3).

Em se tratando das missões de paz consideramos que o desafio da interdição corpórea à participação de mulheres fora superado ao menos legalmente vigorando em maior medida, os desafios relacionados a um lugar comum do “ser mulher” e dos papéis sociais que historicamente lhes foram imputados.

Ainda que possamos registrar a presença feminina em missões de paz anterior aos anos 2000, foi a partir deste período e, sobretudo pautado pelas recomendações inscritas na resolução n.º 1.325/2000 (Mulheres, Paz e Segurança), proposta pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), que o reconhecimento e a importância da inserção de mulheres (civis e militares) em operações de paz, e nas situações de conflitos (armados e/ou diplomáticos), foram ressaltados, oferecendo destaque à perspectiva de igualdade de gênero, conforme podemos verificar nos itens 4 e 5.

Insta ainda o Secretário-Geral a procurar expandir os cargos e as contribuições das mulheres nas operações das Nações Unidas no terreno, e especialmente entre os observadores militares, policiais civis e o pessoal dedicado aos direitos humanos e às tarefas humanitárias.

Manifesta sua vontade de incorporar uma perspectiva de gênero nas operações de manutenção da paz, e insta o Secretário-Geral a assegurar que, quando couber, as operações no terreno incluam componente de gênero (Organização das Nações Unidas, 2000).

As recomendações e pautas inscritas na referida resolução contribuirão em muito para sedimentar a trajetória de mulheres militares e sua participação em operações, sobretudo nas chamadas missões de paz, tanto no que se refere à composição e liderança de grupos de mulheres para operacionalizar as ações, quanto na presença da pauta de igualdade de gênero como instrumento pedagógico para aproximação e interlocução com a população civil alvo das iniciativas. Segundo Fritz (2010), “essa

resolução reconhece a contribuição das mulheres para a construção e a manutenção da paz, e chama atenção para as necessidades de mulheres e meninas durante e depois de conflitos violentos” (Fritz, 2010, p. 342).

Tal pauta é acrescida de importância ao considerarmos a geografia dos conflitos e os territórios onde se instalam as missões de paz, países e nações pautados por conduções culturais e religiosas tradicionais acerca do papel da mulher.

Sendo assim, fazem-se necessárias atuações destinadas a superar análises colonialistas, que ainda pairam em algumas leituras sobre povos, religiões e sociedades localizadas nos territórios do Oriente Médio e África. Apoiando-nos em estudos de Kimberlé Crenshaw (2002), compreendemos a necessidade de exames detalhados sobre as dinâmicas de subordinação supostamente vivenciadas por mulheres nativas destes territórios, em primeiro lugar para não incorrer em análises ocidentais sobre o feminino e, em segundo lugar, não perder de vista a noção de agência potencialmente presente nas dinâmicas de vidas de todas as mulheres.

No entanto, é nos referidos territórios e contextos que os processos de exposição aprofundam-se evidenciando grupos e sujeitos vulneráveis pelas ações de conflito, dentre os quais se destacam sobremaneira as mulheres e meninas. Em meio a estas situações e em cenários de guerras e/ou de regimes totalitários, as mulheres e meninas são expostas a crimes e violências específicas e genéricas, tais como estupro, abusos sexuais e feminicídios.

Nestas circunstâncias a perspectiva de gênero para além de ressaltar a igualdade de acesso e a apropriação de direitos civis evidencia processos de desumanização específicos direcionados às mulheres. É neste sentido que a resolução dos anos 2000 é acrescida de importância, ao pautar a perspectiva da igualdade de gênero, aliada à Resolução 1820 de 2008, a qual reconhece a violência sexual como tática de guerra, conforme disposto abaixo.

Sublinha que o estupro e outras formas de violência sexual podem constituir crimes de guerra, crimes contra a humanidade ou atos constitutivos de genocídio, destaca a necessidade de que os crimes de violência sexual sejam excluídos das disposições de anistia no contexto de processos de solução de conflitos, apela aos Estados Membros para que cumpram com sua obrigação de processar os indivíduos responsáveis por esses atos, e que garantam que todas as vítimas da violência sexual, particularmente as mulheres e meninas, desfrutem em pé de igualdade da proteção da lei e do acesso à justiça, e sublinha a importância de acabar com a impunidade desses atos como parte de um enfoque abrangente para alcançar a paz sustentável, a justiça, a verdade e a reconciliação nacional (Organização das Nações Unidas, 2008).

É importante ressaltar que para além da população civil diretamente atingida pelos conflitos e guerras, sobretudo, as chamadas guerras civis internas aos Estados-Na-

ção, a resolução acima descrita refere posturas, ações e atitudes a serem tomadas inclusive em situações ocorridas no contexto relacional interno das Forças Militares. Em uma análise que conjuga a relação entre os avanços e desafios, podemos ressaltar que a inclusão da perspectiva de gênero nos respaldos normativos que fundamentam a incorporação de mulheres militares nas missões de paz da ONU é lida e interpretada de forma reducionista, sendo entendida exclusivamente como recursos para o atendimento à população civil feminina atingida pelos conflitos. Ainda que extremamente importante, a inserção de mulheres militares “no terreno” está para além da demanda de atenção às mulheres e meninas expostas aos processos de vulnerabilidade ocasionados pelo efeito de guerra, mas reporta de forma concreta, a reafirmação dos ideais de igualdade e equidade dispostos como princípios fundamentais para a efetivação dos Direitos Humanos. Analisando criticamente a referida questão, Rebelo (2013) leva-nos a refletir sobre a centralidade que a chamada perspectiva de gênero e a participação de mulheres nas operações de paz reportaram a estas, diluindo o conteúdo inscrito nas análises de gênero que de forma relacional referem homens e mulheres:

As justificativas expostas para a maior participação de mulheres nas operações de paz estão relacionadas, quase sempre, à estratégia Equilíbrio de Gênero. No entanto, observa-se que há uma ênfase excessiva nas qualidades únicas e percepções alternativas que as mulheres trazem para as operações de paz em detrimento de considerações acerca dos gêneros masculino e feminino. O equilíbrio de gênero tem sido estimulado no âmbito da ONU por meio de assunções que valorizam apenas um grupo, sem levar em consideração que a categoria de análise gênero é relacional. Outra importante crítica se refere ao fato de que as mulheres são tratadas nos documentos como aquelas pessoas diretamente relacionadas às atividades de apoio e de proteção, quase sempre junto ao grupo de “mulheres vítimas” e sem deixar explícito que homens e meninos são igualmente vulneráveis em situações de conflitos armados (Rebelo, 2013, p. 828).

A ênfase na requisição de mulheres militares, fundamentada sob o argumento do atendimento às demandas das mulheres e meninas presentes em área de conflito reforça ainda, segundo a autora, um lugar comum reportado ao feminino sustentado pela imputação de características tidas como tipicamente femininas.

Nesse contexto, as mulheres possuem qualidades singulares, próprias de sua feminilidade, que lhes conferem uma posição privilegiada para desempenharem determinadas atividades, ou seja, a sensibilidade e a preocupação com as necessidades dos outros são tidas como características fundamentais para se garantir o exercício de tarefas complexas, que exigem contato próximo com a população local. Assim, os estereótipos de gênero, que antes conformavam barreiras à participação das mulheres

em todos os cargos, estão sendo reproduzidos em prol da maior representatividade nas estruturas internas das missões de paz (Rebelo, 2013, p. 828).

As resoluções propostas pela ONU, no que tange à agenda mulheres, paz e segurança, constituem instrumentos essenciais para pautar temas que até então ficavam subsumidos na relação entre os chamados estudos estratégicos com ênfase na relação entre guerra e paz. Neste contexto, entre os avanços alcançados e os desafios presentes, podemos compreender, em uma análise crítica do processo, que a maior representatividade de mulheres militares no contexto das missões de paz, ainda que materialize a busca pela igualdade de gênero, incorporou em alguma medida entre seus argumentos um discurso aceito socialmente que identifica as mulheres militares como portadoras naturais das habilidades para a paz, para a proteção e para o cuidado.

Conclusão

A relação entre mudanças e permanências caracteriza as bases que sustentam a sociedade moderna. Neste sentido, Lévi-Strauss (2012) afirma que nossas sociedades são feitas para mudar, sendo este o princípio de sua estrutura e funcionamento (Lévi-Strauss, 2012, p. 57). No entanto, mesmo em um contexto dinâmico há sistemas refratários e/ou vagarosos às rápidas transformações, dentre os quais localizamos as instituições militares.

Nestes espaços, os princípios, valores, a tradição e a memória funcionam como filtros e catalisadores, as mudanças são incorporadas paulatinamente *pari passu* a atualização e reforço dos seus signos.

De processos episódicos à presença oficial das mulheres nas instituições militares brasileiras, a trajetória histórica trilhada pelas chamadas guerreiras ainda carece de maior aprofundamento e destaque. No entanto, conforme afirma Tedesco (2014), “é comum, no processo histórico e social, a produção do esquecimento ou do silêncio”, hiato este que refere a uma tentativa de ajuste entre o passado que sustenta os indivíduos, o presente que lhes confere objetividade e um futuro que os projeta (Tedesco, 2014, p. 34).

Do período de relação direta com as guerras e combates, a exclusão dos exércitos oficiais e inserção clandestina, disfarçadas como homens, até a vinculação facultada por um regime de exceção e por níveis de especialização, que foram passaportes para o ingresso oficial, dado a reconfiguração dos conflitos; as mulheres se apropriaram dos mitos, das memórias e da tradição forjando e reinventando identidades.

No contexto contemporâneo, no qual a presença das mulheres no campo militar é fato consumado, fica o questionamento sobre como a trajetória percorrida pode ser traduzida e sintonizada aos novos tempos, as novas demandas postas para as Forças Armadas e ao novo perfil de militar, que representado por homens e mulheres conserva a perenidade exaltada no contexto institucional, adequando-se às mudanças vívidas do curso da história.

É neste contexto que o estímulo e o emprego de fato de mulheres nas Missões de Paz geridas pela Organização das Nações Unidas (ONU) referem a um movimento duplamente importante, uma vez que impacta tanto nas condições vivenciadas por mulheres e meninas rebatidas pelos efeitos dos conflitos e guerras como também, no contexto interno das Forças Armadas dos Estados-Nacionais, dada a demanda por equidade no emprego e nas relações profissionais conjugadas entre homens e mulheres militares.

Pelo exposto, com as reflexões pautadas na presente elaboração, buscamos contribuir com a publicização de elementos, fatos, histórias, estudos e pesquisas, que analisam a presença de mulheres em eventos de conflitos e guerras e a sua inserção nos quadros profissionais das Forças Armadas brasileiras. A partir disso, foi possível compreender que o signo das mulheres guerreiras fora construído e reafirmado no Brasil como um elemento ratificador da ocupação do campo militar por mulheres que provaram sua capacidade e aptidão para a execução das atividades fins destas instituições.

Em se tratando do emprego das mulheres militares nas missões de paz, concluímos que este processo é fruto de um duplo movimento. O primeiro desses refere-se a uma longa trajetória trilhada em prol da reafirmação e apropriação de direitos civis, políticos e sociais, tendo como ponto culminante, a ampliação do escopo conferida pelos direitos humanos.

Em segundo lugar, e fundamentada pelas assertivas contribuições conferidas pelas resoluções produzidas nas últimas duas décadas, a presença de mulheres militares das Forças Armadas brasileiras nas missões de paz contribuiu para dar visibilidade a uma disparidade originária de gênero na ocupação de cargos e funções nas instituições militares.

O incentivo ao emprego de mulheres militares no terreno das missões de paz vai ao encontro de imprimir certa reparação as desigualdades assinaladas. No entanto, identificamos que as características dos conflitos e das evidentes violações de direitos identificadas nestes campos, ao reafirmar a importância da presença feminina como recurso preventivo e reparador dos efeitos dos conflitos, reportam um lugar comum e papéis sociais historicamente atribuídos às mulheres, entendendo-as como agentes protetivas e cuidadoras referenciando sua identidade como mulheres da paz.

Referências

- Aleksievitch, S. (2016). *A Guerra Não Tem Rosto de Mulher*, Companhia das Letras, São Paulo.
- Almeida, V. H. A. (2015). *Mulheres nas Forças Armadas Brasileiras: Situação atual e perspectivas futuras*. Brasília: Câmara dos Deputados. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_pazeseg/Mulheres_paz/2015_291-Estudo_sobre_Mulheres_nas_Forças_Armadas-Vitor_Hugo2vs.pdf (acessado em 01 de Setembro 2020).
- Andrada, S. A. e Peres, H. M. (2012). *Mulheres a Bordo: 30 Anos da Mulher Militar na Marinha do Brasil*, Hmpere e Associados, Rio de Janeiro.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*, Zahar, Rio de Janeiro.
- Bernardes, M. M. R. e Lopes, G. T. (2007). As enfermeiras da força expedicionária brasileira no front italiano. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*. 2007, vol. 41, n. 3, pp. 447-453. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0080-62342007000300015&script=sci_abstract&tlng=pt (acessado em 01 Setembro 2020).
- Bourdieu, P. (2001). *O poder simbólico*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.
- Brasil. *Lei 12.705 de 8 de agosto de 2012*, Dispõe sobre os requisitos para ingresso nos cursos de formação de militares de carreira do Exército. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112705.htm (acessado em: 01 de setembro 2020).
- Caire, R. (2002). *A mulher militar das origens aos nossos dias*, Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro.
- Carreiras, H. (1997). Família, Maternidade e Profissão Militar, *Estudos Feministas*, Santa Catarina: UFSC, n. 5(1), pp. 69-81. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/12561/11716> (acessado em 01 de setembro 2020).
- Carvalho, J. M. (2019). *Jovita Alves Feitosa. Voluntária da pátria, voluntária da morte*, Chão Editora, São Paulo.
- Castro, C. (2004a). *O Espírito Militar. Um antropólogo na caserna*, Zahar, Rio de Janeiro.
- Castro, C. (2004b). A socialização profissional dos militares brasileiros: Notas sobre uma investigação antropológica na Caserna. *Revista Etnográfica*, Vol 8, No 1, pp. 79-90.
- D´araujo, M. C. (2003). Mulheres e questões de gênero nas Forças Armadas brasileiras. Painel: Women in the Armed Forces I. In: *Research and Education in Defense and Security Studies*, Chile: 2003.
- Daróz, C. (2018). *Bruxas da Noite: as aviadoras soviéticas na Segunda Guerra Mundial*. Somos Editora, São José dos Campos, SP.

- Fajardo, G. A. G. (2015). O Mito das Amazonas. *Revista Eletrônica de los Hispanistas de Brasil*, Vol XVI, no. 60, p. 7, Enero-Febrero-Marzo, 2015. Disponível em: <http://www.hispanista.com.br/artigos%20autores%20e%20pdfs/483.pdf> (accessado em 02 novembro 2020)
- Fritz, J.M. (2010). Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. *Sociologias*, Porto Alegre, no. 23, pp. 340-353, Apr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000100012&lng=en&nrm=iso (accessado em 01 setembro 2020).
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e Identidade*, Zahar, Rio de Janeiro.
- Hamann, E., Gianini, R. e Pereira (2019). *Mulheres Brasileiras em Missões de Paz: a coragem em atos e relatos*. Instituto Igarapé, Artigo Estratégico 44. Disponível em https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-23-AE44_mulheres-brasileiras-em-missoes-onu.pdf (accessado em: 01 Setembro. 2020).
- Kehl, M. R. (2016). *Deslocamentos do Feminino*, São Paulo, Boitempo.
- Knibiehler, Y. (1994). Corpos e corações. In: Duby, G. e Perrot, M. (org.), *História das mulheres no Ocidente*. O século XIX. Porto: Edições Afrontamento; São Paulo: EBRADIL, pp. 351-401.
- Lévi-Strauss, C. (2012), *A antropologia diante dos problemas do mundo moderno*, Companhia das Letras, São Paulo.
- Lind, W., et al. (1989). The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. *Marine Corps Gazette*, pp. 22-26, 1989.
- Rebelo, T. R. (2013). O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, Vol. 21, No 3, pp. 817-837. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300004> (accessado em 01 setembro. 2020).
- Rehn, E. e Sirleaf, E. J. (2002). *Women, War, Peace: The Independent Expert's Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Role in Peace Building*. New York: United Nations Development Fund for Women,
- Rocha, G. T. M. E. (2017). A mulher militar e sua integração nas Forças Armadas. *Revista Amagis Jurídica*, vol. 2, n. 14, pp. 131-158, ago. 2002. Disponível em: <https://revista.amagis.com.br/index.php/amagis-juridica/article/view/46> (accessado em: 22 novembro 2020).
- Santos, M. M. L. (2008). *Da sombra aos holofotes: a construção da identidade das primeiras mulheres aviadora da Força Aérea Brasileira*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Santos, M. M. L e Coutinho, M. L. R. (2018). Mulheres na Força Aérea Brasileira: um estudo sobre as primeiras oficiais aviadoras. *Revista Estudos de Psicologia*. 3.ª ed. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v15n3/a05v15n3.pdf> (accessado em 01 setembro 2020).

- Sodré, N. W. (2010). *História militar do Brasil*. 2.^a ed. Expressão Popular, São Paulo.
- Swain, T. N. (2008). *Corpos Construídos, superfícies de significação, processos de subjetivação*. Disponível em: http://www.intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-corpos_construidos.pdf (acessado em 01 setembro 2020).
- Tedesco, J. C. (2014). *Nas cercanias da memória: temporalidades, experiência e narração*. 2.^a ed. Ed. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS.
- Telles, L. F. (2018). "Mulheres, Mulheres", in Del Priori, M., *História das Mulheres no Brasil*, Contexto, São Paulo, SP, p.669-678.
- Wolff, C. (2018). Amazonas, soldadas, sertanejas e guerrilheiras, in Pinsky C. B. e Pedro, J. M., *Nova História das Mulheres no Brasil*. Contexto, São Paulo, pp. 423-446.